



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Semestre	130\$
	48\$
	48\$
	49\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

SUMARIO

Presidência do Conselho:

Rectificações ao decreto-lei n.º 26:090, que fixa as normas a observar no caucionamento da responsabilidade das entidades patronais que, por não haverem efectuado o seguro do seu pessoal, tenham a seu cargo o pagamento de pensões por acidentes de trabalho.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 26:342 — Substitue dois artigos da pauta de importação referentes a sementes e frutos oleaginosos — Altera e elimina várias rubricas do índice remissivo da mesma pauta.

Decreto n.º 26:343 — Isenta de direitos de importação seis hidro-aviões *Shark*, compreendidos no plano de reorganização da marinha de guerra.

Ministério do Comércio e Indústria:

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba do orçamento da Direcção Geral do Comércio e Indústria.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 272, 1.ª série, de 23 de Novembro de 1935, pela Presidência do Conselho, Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, o decreto-lei n.º 26:090, determino que se façam as seguintes rectificações:

No § 1.º do artigo 2.º, onde se lê: «... o registo ...», deve ler-se: «... o registo provisório ...», e onde se lê: «... decreto n.º 17:070, ...», deve ler-se: «... artigo 211.º do decreto n.º 17:070, ...».

Em 4 de Fevereiro de 1936.—António de Oliveira Sá-azar.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto n.º 26:342

Considerando as vantagens que há em distinguir na *Estatística Comercial* as várias espécies de sementes oleaginosas originárias das nossas colónias entradas para consumo no País;

Considerando que tal distinção só pode ser efectuada desde que estes produtos tenham especificação em separado na pauta de importação;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São substituídos como segue os artigos 107 e 107-A da pauta de importação:

Sementes e frutos oleaginosos:

Artigo 107 — De algodão:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-A — De amendoim:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-B — De andiroba:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-C — De cânhamo:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-D — De coconote:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-E — De colza:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-F — De gergelim:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-G — De linhaça:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-H — De mafurra:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-I — De purgueira:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-J — De rícino:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-L — Copra:

Pauta máxima	Tonelada	3\$50
Pauta mínima.	Tonelada	2\$50

Artigo 107-M — Não especificados:

Pauta máxima	Tonelada 15\$00
Pauta mínima	Tonelada 10\$00

Art. 2.º São assim alteradas as remissões das rubricas seguintes do índice remissivo da pauta de importação:

Amendoim — Artigo 107-A.
Andiroba (sementes de) — Artigo 107-B.
Cânhamo (sementes de) — Artigo 107-C.
Carrapato — Artigo 107-J.
Coconote (sementes de) — Artigo 107-D.
Colza (sementes de) — Artigo 107-E.
Copra — Artigo 107-L.

Frutos:

Oleaginosos não especificados — Artigo 107-M.

Gergelim — Artigo 107-F.
Linhaça (sementes de) — Artigo 107-G.
Mafurra — Artigo 107-H.
Mancarra — Artigo 107-A.
Purgueira — Artigo 107-I.

Sementes:

De algodão — Artigo 107.
De amendoim, mendoim, mendobi, ginguba ou aráquida —
Artigo 107-A.
De andiroba — Artigo 107-B.
De carrapato ou rícino — Artigo 107-J.
De coconote — Artigo 107-D.
De colza — Artigo 107-E.
De gergelim — Artigo 107-F.
De linhaça — Artigo 107-G.
De mancarra — Artigo 107-A.
De purgueira — Artigo 107-I.
Oleaginosas não especificadas — Artigo 107-M.

Sésamo (sementes de) — Artigo 107-G.

Art. 3.º É eliminada do índice remissivo da pauta de importação a rubrica:

Sementes de copra.

Art. 4.º As mercadorias importadas ao abrigo dos artigos 107 a 107-L estão sujeitas a despacho por declaração.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 8 de Fevereiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar.

Decreto n.º 26:343

Visto o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:920, de 10 de Janeiro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo e seguiro:

Artigo único. São isentos de direitos de importação seis hidro-aviões *Shark*, compreendidos no plano da reorganização da marinha de guerra.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 8 de Fevereiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

11.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.º o Ministro do Comércio e Indústria de 24 de Janeiro de 1936, e de harmonia com o § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foi autorizada a seguinte transferência de verba no orçamento em vigor no ano económico de 1934-1935:

CAPÍTULO 7.º

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Diversos encargos:

Artigo 71.º — Encargos administrativos:

1) Participações em receitas:

Da alínea b) «Propriedade Industrial» para a alínea a) «Repartição do Co- mércio»	131\$42
---	---------

11.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 30 de Janeiro de 1936.—O Chefe da Repartição, *Álvaro Eugénio Leda Prestes Cabreira*.